

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS NO BRASIL

APRESENTAÇÃO

A formação de professores é sempre tema relevante no âmbito da pesquisa e das políticas educacionais, discutir o trabalho e a formação dos profissionais que estão cotidianamente nas instituições escolares é sempre atual, principalmente pela disputa de concepções que circundam a docência. Este dossiê apresenta um conjunto de artigos científicos acerca de pesquisas sobre o campo da Política Educacional de Formação de Professores/as no Brasil.

Cabe lembrar que em 2015 tivemos a aprovação de novas diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, que representou um importante marco legal ao propor uma maior organicidade das políticas de formação e valorização dos profissionais da educação. Porém, o Brasil no último período, sofreu uma série de mudanças na conjuntura política que acarretaram alterações significativas no direcionamento das políticas educacionais e sociais. Os discursos que rodam a formação de professores apontam para um enfraquecimento das licenciaturas nas universidades, para uma perspectiva de formação docente bastante pragmática e para o acirramento da adoção de políticas meritocráticas e gerencialistas no campo educacional. Nesse sentido, a intenção do presente dossiê é apresentar importantes discussões acerca da temática, que podem subsidiar o debate acerca do campo das políticas de formação docente a partir dos estudos e problematizações realizadas pelos autores.

Iniciamos o dossiê com cinco artigos que procuram discutir a formação e o trabalho docente em um contexto mais amplo as políticas educacionais. O primeiro texto de autoria de Julia Malanchen e Rita de Cássia Duarte, intitulado **Políticas Públicas para Formação de Professores no Brasil: Formação ou Conformação ao Ideário do Capital?** problematiza as políticas de formação destinadas aos professores da educação básica que vêm sendo oferecidas em sua maior parte pela iniciativa privada e via modalidade a distância. A partir do referencial do materialismo histórico e dialético presente na pedagogia histórico-crítica debatem o papel social da escola, do professor e do currículo escolar no processo educativo. Asseveram que as pedagogias hegemônicas que compõem o ideário pós-moderno, portanto, niilistas e pragmáticas ocupam os espaços acadêmicos e virtuais com teorias pedagógicas

relativistas que privilegiam a adaptação dos indivíduos às exigências econômicas, políticas e culturais do capitalismo contemporâneo, comprometendo dessa maneira a formação docente.

O segundo artigo, de autoria de Simone Barreto Anadon e Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, intitulado "**Uma ponte para o Futuro**": (des)continuidades nas políticas de formação de professores se propõe a debater os caminhos das políticas de formação de professores/as implementadas pelo Ministério da Educação no Brasil. As autoras apontam que as políticas educacionais contribuem para a construção de um perfil docente como um empresário de si, um sujeito comprometido em recuperar a qualidade do seu trabalho de modo a atender as prerrogativas dos índices educacionais. Consideram ainda que os professores e as instituições têm perdido sua autonomia, com a tentativa da implantação de currículos padronizados que atendem às demandas das avaliações em larga escala, na perspectiva de uma gestão por resultados.

O artigo de Sebastião Silva Soares, **Novos Cenários e Velhos Debates no Campo da Política de Formação de Professores no Brasil traz uma** reflexão sobre as reformas ocorridas no campo da formação docente no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 até os dias atuais, com o Plano Nacional de Educação e as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores em nível superior e formação continuada e seus possíveis impactos na implementação de políticas para formação docente nos diversos níveis e modalidades de ensino. As análises apontam que foi perceptível que as novas políticas de formação de professores apresentaram alguns avanços para a consolidação das políticas de educação no país, porém, no que diz respeito à formação e profissionalização docente permanecem lacunas entre o que foi prescrito e a materialidade no contexto de prática.

Na continuidade temos o texto de Leonardo Dornelles, intitulado **A Relação entre Estado, Trabalho, Capital e os Sentidos das Políticas Educacionais no Brasil** que trata da relação entre Estado, Capital e Trabalho na configuração das políticas educacionais no Brasil, tendo como recorte temporal a análise a partir da década de 1990, que procuram compreender a atualidade das políticas educacionais. O artigo evidencia as transformações do papel do Estado têm direcionado as políticas educacionais para atender as necessidades da formação de uma força de trabalho útil aos mecanismos de exploração que o capitalismo impõe a países periféricos como é o Brasil.

Destacamos a contribuição do artigo de Eneida Oto Shiroma, com o artigo **Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais**. Em seu texto a autora problematiza a inserção da lógica gerencial nas políticas públicas e aponta seus desdobramentos na atual conjuntura atingindo as políticas docentes. Ao longo do trabalho analisa as medidas anunciadas nas agendas de Organizações Multilaterais para as próximas décadas, observando as recomendações para as reformas educativas em que se destacam as investidas do setor privado na educação, estratégias de redução de gastos com professores e sua desintelectualização.

Os próximos dois artigos que compõem o dossiê procuram trazer para o debate das políticas de formação de professores articulados com os Planos de Educação. O primeiro trabalho de autoria de Maria de Fátima Barbosa Abdalla, tem como título **Proposições, Tensões e Estratégias de Mudanças para a Formação e Valorização dos Professores: o PNE em discussão**. O trabalho a partir da análise documental e de conteúdo, procura relacionar as proposições das Conferências Nacionais de Educação com as metas e estratégias do Plano Nacional Educação. Os resultados evidenciam tensões e estratégias de mudanças (ou até de retrocessos), identificando elementos das *subjetividades da mudança*, e anunciando, também, as *subjetividades em mudança* do cenário em crise em que vivemos.

O outro artigo que aborda os Planos, é de autoria de Rosimar Serena Siqueira Esquinsani e Valdocir Antonio Esquinsani que discute os Planos Municipais de Educação no Rio Grande do Sul. O trabalho intitulado **Racionalidades em Disputa: Formação Docente na Esfera dos Planos Municipais de Educação no Rio Grande do Sul**, discute as concepções de formação docente expressas em Planos Municipais de Educação e observa a presença de dois modelos de racionalidade: a racionalidade técnica e a racionalidade prática ou crítica. Aponta nas conclusões que as estratégias apresentadas nos documentos examinados, quando imediatas e factíveis, são vinculadas a racionalidade técnica, todavia as estratégias mediatas ou com prazo indefinido são da seara da racionalidade crítica. Sendo assim, verifica uma disputa entre as duas concepções de racionalidade.

Na continuidade são apresentados dois textos que discutem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores (Resolução CNE/CP n. 2/2015). O primeiro artigo **Diretrizes Curriculares Nacionais para formação docente: em foco as alterações de 2015** de autoria de Christina Vargas Miranda Carvalho e Hélder Eterno da Silveira analisa os avanços, divergências ou convergências ocorridas nas Diretrizes para a formação de

professores a partir das Resoluções de 2002 e 2015 do Conselho Nacional de Educação. As análises apontam que os documentos mais convergem em relação às orientações para formação docente do que divergem, sendo que as atuais diretrizes transcendem a de 2002. Por fim, o trabalho aponta que as alterações ocorridas foram fruto de mudanças nas políticas públicas voltadas à educação que priorizem a profissionalização docente.

O outro trabalho que aborda as DCN de 2015, é de autoria de Jeinni Kelly Pereira Puziol e tem como título **Formação Inicial em Nível Superior dos Cursos de Licenciatura: em Perspectiva a Gestão Educacional e Escolar a partir da Resolução CNE/CP nº 2/2015**. O trabalho problematiza os possíveis impactos da Resolução CNE/CP nº2 de 01/07/2015 analisando a dimensão da gestão educacional e escolar presente na referida resolução, de modo a refletir sobre a introdução desta especificidade formativa para todos os cursos de licenciatura.

Na sequência são apresentados textos que discutem programas e projetos tanto para a formação inicial como continuada. O artigo de Edna Coimbra da Silva e Nadiane Feldkercher, intitulado **A Perspectiva da Profissionalização e/ou Desprofissionalização Docente na Formação Continuada de Professores** aborda a política de formação continuada de professores e suas implicações na constituição do trabalho docente, considerando a lógica das ações do neoliberalismo e seus reflexos no cotidiano escolar. As análises apontam que existe a uma perspectiva de fortalecimento do trabalho docente nas políticas analisadas, porém também se está presente marcas do gerencialismo que podem contribuir para a desprofissionalização docente.

O artigo **O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) e suas Ações: o Monitoramento como Desafio**, de Amélia Escotto Do Amaral Ribeiro, Magda Cristina Dias De Lucena e Ana Claudia Dos Santos Abreu discute o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa analisando as estratégias de acompanhamento de processos e resultados, especificamente as formas de monitoramento propostas pelo PNAIC. Os resultados indicam o uso do princípio da performatividade, os resultados das avaliações externas como critério de acompanhamento das ações e a efetividade desses resultados no contexto do cotidiano escolar.

O artigo **Regime de Colaboração na Política de Formação Continuada para Professores Alfabetizadores: uma tentativa da garantia do direito à educação**, de autoria de Elaine Constant, também analisa do PNAIC, procurando

compreender como o regime de colaboração presente na proposta do programa. Os resultados que no decorrer do desenvolvimento do Programa, houve empoderamento das “vozes” docentes e maior articulação local, em especial, com a Universidade pública. Nas conclusões aponta como as políticas de formação se mostram como desafios, pois tanto as redes públicas quanto para a Universidade, precisaram lidar com a cultura escolar e as implementações de políticas educacionais.

Na sequência tem-se o artigo de Katia Augusta Curado Pinheiro da Silva e Shirleide Pereira Cruz, intitulado **A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências**. Este texto apresenta importantes contribuições para o debate do Programa de Residência pedagógica –RP, ao analisar o programa apontam a importância de se construir elementos para um projeto de resistência frente ao atual desenho do Estado e tomada de posição política junto ao movimento organizado de educadores.

O artigo **A Pesquisa na Formação Continuada de Professores: Desafios do Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná** de Maria Iolanda Fontana, analisa a formação continuada, dos profissionais da Educação Básica do estado do Paraná, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Educacional, instituído como uma política de estado. Os resultados do estudo apontam para os avanços, contradições e desafios que apresenta o programa para a materialização da pesquisa na escola. Ainda considera que a pesquisa precisa ser pensada como uma política de formação e trabalho instituída e amparada no plano de carreira, com condições estruturais para ser desenvolvida.

Na sequência temos o artigo **O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid e a Valorização da Formação Docente na UFRN/Campus Central** de autoria de Erivania Melo de Moraes e Elda Silva do Nascimento Melo, que discute o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência – PIBID a partir da experiência do PIBID/UFRN, buscando refletir sobre sua contribuição para a valorização da formação docente. Os resultados indicam a relevância do programa por possibilitar aos licenciandos a inserção na docência de forma crítica-reflexiva, além da importância da formação desenvolvida que aproxima os licenciandos das realidades diversas do contexto da escola pública.

O último artigo que compõe o Dossiê é intitulado **A Respeito de Girassóis: a Questão Conceitual do Trabalho Docente no Âmbito da Formação de Professores em Curso De Pós-Graduação Lato Sensu** das autoras Adriana Regina de Jesus Santos e Claudia

Chueire de Oliveira. O trabalho analisa as percepções de alunos de um curso de formação de professores, em nível de especialização lato sensu ofertado por uma universidade pública localizada na cidade de Londrina acerca do trabalho docente. As análises apontam que os colaboradores possuem concepções críticas a respeito do trabalho docente e que a formação vivenciada no curso lato sensu foi fator decisivo para que houvesse tais compreensões.

Neste Dossiê temático, congregamos um conjunto de 16 artigos que apresentam importantes problematizações que resultam de pesquisas acerca das políticas públicas educacionais para formação de professores e que incidem na formação e no trabalho docente. Acreditamos que com este número da *Revista Momento: Diálogos em Educação*, contribuímos para o debate educacional, em especial sobre a formação de professores que na atual conjuntura política brasileira tem sido alvo de desmontes e precarizações. Agradecemos todos/as que colaboraram com este número da revista e desejamos uma excelente leitura.

Profa. Dra. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves.
Programa de Pós-graduação em Educação
Universidade Federal do Rio Grande- FURG.